

Descontinuidades Contínuas ou o Bem-Estar Social na América Latina entre Modelos de Inserção Internacional^[1]: um Ensaio

Continuous Discontinuities or Social Well-Being in Latin America Between Models of International Insertion: an Essay

Bruno Gonçalves Bernardes *

Universidade Europeia; Observatório Político | gonalvesbernardes@gmail.com

* ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1483-0470>

Abstract

Latin American welfare regimes have been dependent by the stratification and segmentation of their responses, in parallel with the galloping growth of the informal labor market. The models of international insertion adopted in the region since the 1940s have emphasized the conflict between statist (protectionism) and market (productivism) perspectives, with clear consequences on the format of welfare regimes. In this article, we argue that the succession of models of international insertion and the current fragmentation of national strategies not only maintain the legacy of policies – stratification/segmentation of responses – but also configure segmented policy initiatives dependent on political cycles.

Keywords: welfare regimes, Latin America, models of international insertion, stratification/informality.

Resumo

Os regimes de bem-estar social latino-americanos têm sido condicionados pela estratificação e segmentação das suas respostas, em paralelo com o galopante crescimento do mercado de trabalho informal. Os modelos de inserção internacional adotados na região desde a década de 1940 têm enfatizado o conflito entre as perspetivas estatistas (protecionistas) e de mercado (produtivistas), com claras consequências no formato dos regimes de bem-estar. Neste artigo argumentamos que a sucessão de modelos de inserção internacional e a atual fragmentação das estratégias de carácter nacional, não só mantêm o legado de

1. Este artigo baseia-se, em parte, na tese de doutoramento do autor intitulada “Bem-estar social na América Latina: entre Estado, partidos e modelos de desenvolvimento (1990-2015)” (Bernardes, 2021).

políticas – estratificação/segmentação de respostas –, como configuram iniciativas políticas segmentadas dependentes dos ciclos políticos.

Palavras-chave: regimes de bem-estar social, América Latina, modelos de inserção internacional, estratificação/informalidade.

Introdução

Na América Latina, as mudanças sociais e políticas têm sido desde sempre condicionadas por padrões de desenvolvimento económico, nas quais a desigualdade social tem sido constante^[2]. Já no seu ensaio, “As Veias Abertas da América Latina” de 1971, Eduardo Galeano discorre sobre o subdesenvolvimento, fruto da sucessão de modelos económicos que perpetuam a exploração dos recursos naturais, e de modelos políticos que sobrevivem sobre os custos das riquezas produzidas pela subexploração e pela dependência externa. Desde o início do período pós-colonial que os Estados latino-americanos têm tentado adequar-se a uma inserção no sistema internacional e isto tem tido um peso significativo na estrutura dos modelos económicos, políticos e sociais^[3]. Neste cenário, a desigualdade é um fenómeno que atravessa toda a história da América Latina e é um fator definidor de momentos de rutura. Isto é bem patente na transição entre os chamados modelos regionais de inserção internacional^[4].

Tal como considera a CEPAL, o subcontinente continua a ser a região mais desigual do mundo, com uma distribuição desigual de rendimentos, com uma população envelhecida, uma região onde convivem classes sociais com rendimentos equivalentes aos existentes nos países mais ricos em paralelo com altas taxas de pobreza e extrema pobreza, e também uma região com uma enorme fatia do seu mercado de trabalho em esquemas informais^[5].

Modelos de desenvolvimento e bem-estar social na América Latina

Os modelos de inserção internacional são estratégias macroeconómicas, com implicações na forma como o Estado e o mercado interagem, com profundas implicações no mercado de trabalho, no processo de transformação dos setores

2. BURDICK, John, OXHORN, Philip e ROBERTS, Kenneth M. (2009), *Beyond Neoliberalism in Latin America? Societies and Politics at the Crossroads*, New York: Palgrave Macmillan. KINGSTONE, Peter e YASHAR, Deborah (2012), *Routledge Handbook of Latin American Politics*. London: Routledge. MALAMUD, Andrés (2009), “Fragmentação e divergência na América Latina”, *Relações Internacionais*, 24: 61-73. PATRÍCIO, Raquel (2012), *Estudos de Área: América Latina*, Lisboa: ISCSP.

3. CERVO, Amado (2008), *Inserção Internacional: A Formação dos Conceitos Brasileiros*, 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva. PATRÍCIO (2012), *Ibidem*.

4. CERVO (2008), *Ibidem*. PATRÍCIO (2012), *Ibidem*.

5. CEPAL (2025), *Panorama Social da América Latina e do Caribe 2024*. Publicação da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe, Santiago: CEPAL.

CEPAL (2016), *La matriz de la desigualdad social en América Latina*, Santiago: CEPAL.

económicos (industrialização/terceirização) e nas respostas sociais. Formatam ainda a abordagem ideológica do Estado e do mercado com implicações na implementação de política pública^[6].

A matriz de desigualdade tem também um peso relevante na definição dos diferentes arranjos políticos, quer nas respostas governamentais ao desafio do subdesenvolvimento, quer na interação entre grupos sociais e atores políticos. No caso latino-americano, os direitos de cidadania são discricionários e gradualistas^[7]. Seja por meio do processo de urbanização, seja pela agremiação populista ou pela proliferação de regimes autoritários, os arranjos políticos foram-se alterando com a ascensão de novas classes sociais, por líderes políticos personalistas e por forças políticas em coligações de poder^[8].

Muita da literatura que se debruça sobre o desenvolvimento na América Latina tem como ponto de partida o facto de ter sido uma das primeiras regiões do mundo a adotar políticas de carácter social^[9]. Têm sido também amplamente referenciados os diferentes modelos de inserção internacional e de que forma estes esquemas político-económicos evoluíram^[10]. Mais especificamente, contrasta-se o período inicial de implementação das primeiras políticas sociais, o chamado modelo cepalino de substituição de importações, com a possível rutura pelo fim deste e o aparecimento do modelo “neoliberal” do consenso de Washington^[11].

A “era dourada”

A construção do modelo cepalino, iniciado por Raúl Prebisch, surge em paralelo com um crescente estatismo populista e pela crescente tensão entre o protecionismo

6. FFRENCH-DAVIS, Ricardo (2005), *Reforming Latin America's Economies: After Market Fundamentalism*. New York: Palgrave Macmillan. HAGGARD, Stephan e KAUFMAN, Robert (2009), *Development, Democracy, and Welfare States: Latin America, East Asia, and Eastern Europe*. Princeton: Princeton University Press. MUNCK, Ronaldo (2008), *Contemporary Latin America*, 2ª. ed., New York: Palgrave Macmillan. SEGURA-UBIERGO, Alex (2007), *The Political Economy of the Welfare State in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.

7. ABEL, Cristopher e LEWIS, Colin (2002), “Exclusion and engagement: a diagnosis of social policy in Latin America in the long run”. In Abel, Cristopher e Lewis, Colin, *Exclusion & Engagement: Social Policy in Latin America*, 1ª. ed., London: Institute of Latin American Studies, 3-53. FILGUEIRA, Fernando (1998), “El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina: eficiencia, residualismo y ciudadanía estratificada”, *Centroamérica en reestructuración. Ciudadanía y política social*, FLACSO: 71-116. FILGUEIRA, Fernando (2004), “The Structural and Political Keys of the Reluctant Latin American Social State and its Interplay with Democracy: The Development, Crises and Aftermath of Universal, Dual and Exclusionary Social States”. Brasil: UNRISD.

8. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem. HUBER, Evelyne & BOGLIACCINI, Juan (2012), «Latin America», in Francis G. Castles, Stephan Leibfried, Jane Lewis, Herbert Obinger, e Christopher Pierson (eds.), *The Oxford Handbook of the Welfare State*, Oxford: Oxford University Press: 644-655.

9. FILGUEIRA (2004), Ibidem. HUBER e BOGLIACCINI (2012), Ibidem.

10. CERVO, (2008), Ibidem. FILGUEIRA (1998, 2004), Ibidem. MUNCK (2008), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem. SEGURA-UBIERGO (2007), Ibidem.

11. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem. FILGUEIRA (2004), Ibidem. MUNCK (2008), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

e o livre cambismo. Este paradigma desenvolvimentista teve como principal fator as teses keynesianas que apreenderam as consequências económicas e sociais da crise de 1929. No entanto, e tendo por base a realidade latino-americana, a CEPAL vai além de Keynes quando a necessidade de expansão da capacidade produtiva surge como resposta ao modelo de dependência norte-sul estruturalmente gerado no período colonial^[12]. Prebisch considerava que o formato das estruturas de poder, o papel reduzido dos atores sociais e os ganhos únicos e flutuantes das *commodities*, constituíam os maiores constrangimentos históricos e estruturais que enfrentava a América Latina^[13]. A fórmula apresentada pelo argentino passaria, primeiro que tudo, por trocar a hegemonia das *commodities*, reduzindo a dependência provocada pela flutuação dos preços no mercado internacional, pela combinação destas últimas com os ganhos do valor agregado do setor industrial. No entanto, estes ganhos teriam de contar com o facto de que “o progresso técnico é mais rápido no centro (...)”, conferindo-lhe “uma produtividade mais elevada do fator trabalho”^[14]. Tornava-se, por isso, essencial aplicar medidas públicas de incentivo à industrialização, por forma a estabelecer um modelo económico de substituição de importações. De carácter estruturalista, consideravam também importantes as condições macro-históricas que permitiam a consolidação das relações centro-periferia e a manutenção do subdesenvolvimento. Tal como considera Bernal-Meza “os países subdesenvolvidos não podem reproduzir as condições e as experiências históricas e sociais que permitiram o desenvolvimento tecnológico nos países avançados”^[15].

Este paradigma desenvolvimentista generalizou-se na América Latina enquanto resposta concertada entre o Estado, a industrialização, o protecionismo, a sobrevalorização das taxas de câmbio e as taxas de juro baixas ou negativas^[16]. Durante este assiste-se ainda à ascensão de governos de esquerda como na Guatemala, no Chile, El Salvador, República Dominicana ou na experiência multipartidária brasileira, que tiveram o intuito de alavancar múltiplos processos autóctones de desenvolvimento a partir das novas elites urbanas e de certos setores profissionais ou corporativos. Todas seguiram uma determinada visão populista da governação e um protecionismo de carácter nacionalista^[17].

Este modelo seria gradualmente incorporado numa visão de bem-estar social entre as décadas de 1940 e 1970, a meio de um crescimento económico inicial, de alguns ganhos de bem-estar, de instabilidade macroeconómica e da redução genérica

12. COLISTETE, Renato (2001), “O Desenvolvimentismo Cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil”, *Estudos Avançados*, 15, 41.

13. MUNCK (2008), *Ibidem*. PATRÍCIO (2012), *Ibidem*.

14. PATRÍCIO (2012), *Ibidem*, p. 49.

15. Apud PATRÍCIO (2012), *Ibidem*, p. 55.

16. ABEL e LEWIS (2002), *Ibidem*.

17. CARRILLO, Jorge Salazar e JORGE, Antonio (1993) “Ideology, modernization and politico-economic development in Latin America”, *Knowledge, Technology and Policy*, 6, 2: 46-53.

da desigualdade^[18]. A par deste paradigma, as coligações políticas de caráter populista, tentavam responder ao aumento das tensões sociais geradas pelo aumento da taxa de urbanização e pelas expectativas dos processos de democratização^[19].

No entanto, e tal como têm considerado Mesa-Lago (1994, 2012), Filgueira (1998, 2004) e Abel e Lewis (2002), o crescimento e a consolidação de políticas sociais e de sistemas de proteção deste período, acompanhadas pela cobertura de esquemas de previdência social, tiveram como alvos preferenciais certas classes profissionais e setores económicos iminentemente urbanos. Este cenário tornou-se possível, primeiro, com o desejo dos executivos populistas de atingir alguma paz social através da absorção de esquemas e programas importados da Organização Internacional do Trabalho, a CEPAL ou a Organização Mundial da Saúde. Segundo, pelo processo de modernização burocrática dos Estados latino-americanos; e, terceiro, por algum movimento de política de massas gerado pelos interlúdios democráticos entre as décadas de 1940 e 1970^[20].

Estes processos de política de massas, motivados por políticos carismáticos e populistas, não ofereciam uma solução paralela ao que se verificava na Europa relativamente ao crescimento da social-democracia, na incorporação dos sindicatos na relação entre o Estado e o mercado de trabalho, no alargamento do sufrágio, no processo de democratização e no reforço do Estado Social^[21]. O Brasil vive em pleno Estado-novo getulista entre 1937 e 1946; a Argentina vive o auge do peronismo entre 1946 e 1955, com uma forte vertente sindicalista, protecionista e justicialista; a Venezuela viveu a ditadura militar liderada por Marcos Pérez Jiménez entre 1952 e 1958, tendo depois os efeitos do Pacto do *Punto Fijo* até aos inícios da década de 1990; o mexicano *Partido Revolucionário Institucional* (PRI) continuaria a liderar o país, de forma hegemónica, entre 1929 e 2000, com forte implantação entre veteranos da Revolução Mexicana, camponeses, sindicatos e operariado. Neste contexto, são claras a multiplicidade ideológica e a participação de diversas coligações políticas que permitiram o arranque de esquemas de bem-estar social promovidos pelos Estados latino-americanos.

Neste contexto, Mesa-Lago (1994, 2012), considera que os esquemas de proteção social se definem, à partida, pela sua antiguidade, entre pioneiros, intermédios e tardios. Enquanto os primeiros caracterizam-se por ter uma cobertura (quase) universal de proteção social, com certos setores protegidos de forma estratificada, os países tardios apresentavam uma pequena percentagem de população coberta e um

18. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem. FILGUEIRA (2004), Ibidem. MESA-LAGO, Carmelo (1994), “La reforma de la seguridad social y las pensiones en América Latina”, *Serie Reformas de Política Pública*, 28, CEPAL. MESA-LAGO, Carmelo (2012), *Reassembling Social Security: A Survey of Pensions and Health Care Reforms in Latin America*, Oxford: Oxford University Press. MUNCK (2008), Ibidem.

19. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem.

20. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem. FILGUEIRA (2004), Ibidem.

21. FILGUEIRA (2004), Ibidem. HIGLEY, John e GUNTHER, Richard (eds.) (1995), *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.

limitado número de serviços de apoio social. Já os intermédios, caracterizam-se, ora pela estratificação na cobertura e acesso a serviços, ora por uma maior cobertura de carácter universal e não estratificada. Enquanto o Uruguai da década de 1960 tinha quase toda a sua população ativa inserida em esquemas de previdência social, no mesmo período, o México não chegaria aos 16%^[22].

Neste sentido, Filgueira (2004) considera que o Estado desenvolvimentista latino-americano traduz duplamente a história da construção do Estado e da política do modelo de substituição de importações. Não é por acaso que diversos movimentos populistas, fortemente alicerçados na administração do Estado e em certas classes e grupos sociais, preocupam-se, por um lado, com a manutenção da paz social, através da captura do movimento sindical e de partidos e movimentos políticos fragmentados e voláteis, e por outro lado, com o estabelecimento de esquemas de proteção social para determinadas corporações^[23].

Os regimes de bem-estar social latino-americanos desta “era dourada” são definidos por um duplo processo de estratificação: proteção social de certos setores profissionais e económicos por via da sua internacionalização e peso na economia; e uma clara distinção entre trabalhadores urbanos e rurais, consequência do peso crescente do êxodo rural^[24]. O desenvolvimentismo estabeleceria uma bolsa de eleitorado com acesso a proteção social e a esquemas de segurança social, ou seja, estratificando os serviços e consolidando o que viria a ser um legado da política social na América Latina^[25]. A estratificação é uma característica dos sistemas de proteção social latino-americanos que se manterá até aos dias de hoje, independentemente da rutura política e ideológica das décadas posteriores. E é através desta que entre as décadas de 1970 e 1980 é gerado um profundo *gap* geracional entre a cobertura de bem-estar social e os ganhos de distribuição resultantes do alargamento da rede de política social operada nas três décadas anteriores^[26].

O consenso de Washington

A rutura do modelo desenvolvimentista origina-se na década de 1970, por via das sucessivas crises da dívida^[27]. O surgimento e o peso crescente do pensamento económico monetarista, a alteração da estrutura económica mundial com o fim do sistema de *Bretton Woods* e a inflação galopante, permitiram o desenho de novas políticas públicas. A inflação, enquanto questão estrutural durante o período cepalino, teria de ser contida através de “medidas de choque”, as quais incluíam a

22. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem.

23. FILGUEIRA (2004), Ibidem.

24. Idem, Ibidem.

25. SEGURA-UBIERGO (2007), Ibidem.

26. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem.

27. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

desvalorização da moeda, o aumento dos impostos ao consumo, o aumento dos preços dos serviços públicos, a diminuição de rendimentos e a diminuição de gastos públicos com educação, saúde e segurança social^[28].

Paralelamente, os sistemas políticos e as classes que sustentaram o modelo desenvolvimentista, polarizaram o binómio Estado-mercado. Se a meio da década de 1960, oito países latino-americanos eram governados por ditaduras militares, dez anos depois, estes regimes autoritários governariam na maioria dos países da região^[29]. Isto foi possível através de diferentes tipos de ligações entre classes médias, oligarcas, classes de proprietários ligadas ao comércio internacional e militares^[30]. Estas ligações surgem a partir da polarização social gerada pela deterioração dos termos de troca, das sucessivas crises das balanças comerciais, dos défices orçamentais, do baixo consumo interno, da competição comercial internacional, do desemprego galopante e da perda generalizada de rendimentos^[31]. O contexto da guerra-fria teve um papel relevante na exacerbação da polarização política existente, levando à intervenção dos militares e/ou à alteração das classes que suportaram o Estado durante o período desenvolvimentista. É neste contexto que se caracterizam estes Estados como autoritário-burocráticos, ou seja, marcados pela substituição do processo democrático pela dinâmica da ordem social e política, intentos considerados pelas elites e pelos grupos que lideraram as novas ditaduras militares^[32]. A ascensão destes surge como resposta à degradação do modelo económico desenvolvimentista, mas também às estruturas, elites e instituições políticas que produziram um certo paradigma de política de massas. Se, por um lado, observamos o reforço do aparelho burocrático, por outro, este é acompanhado pelo reforço do aparato autoritário e repressivo do Estado.

Mais especificamente, foi o falhanço do modelo desenvolvimentista que marcou o gorar de expectativas de diversas classes e grupos sociais que suportaram os líderes populistas, os partidos e o Estado. Tal como considera Raquel Patrício, as economias latino-americanas “tinham de importar, dos países ricos, os bens de capital, enquanto se limitavam a exportar *commodities*”^[33]. No fundo, a expectativa gerada pelo modelo de substituição de importações não teve grandes efeitos nas estruturas sociais e económicas destes países, mantendo-se a estrutura agroexportadora. Observaram-se, no entanto, alguns focos de industrialização alcançados no Brasil, na Argentina, no México, no Chile e na Colômbia^[34]. Segundo Munck (2008), este

28. Idem, Ibidem.

29. HIGLEY e GUNTHER (1995), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

30. MUNCK (2008), Ibidem.

31. CERVO (2008), Ibidem. MUNCK (2008), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

32. O'DONNELL, Guillermo (1973), *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*, University of California.

33. PATRÍCIO (2012), Ibidem, p. 179.

34. Idem, Ibidem.

grupo de países atingiu algum grau de industrialização, o que permitiu a promoção do consumo interno, uma maior diversificação social das classes trabalhadoras e a participação dos setores industrial e comercial no aparato estadual. Num segundo grupo de países, podemos identificar a Bolívia, com uma lenta e reduzida alteração das estruturas socioeconómicas, com o domínio do setor agroexportador e do estanho, estabelecendo uma menor diversificação social. Já a Venezuela é o único caso em que a indústria petrolífera, liderada pelo Estado, domina a economia e diminuiu a diversificação dos setores produtivos e maior estabilidade política^[35].

As elites rurais e oligarcas – ao contrário do setor industrial – viram a perda dos seus lucros que permitiram o financiamento de subsídios estatais, conquanto tiveram de lidar com taxas de juro que diminuíram progressivamente o nível competitivo dos seus produtos. Devido a isso também os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários rurais viriam a perder com a estratégia rentista e com o investimento diminuto em tecnologia, salários e formas seguras de emprego^[36]. Também os trabalhadores informais das cidades, em número crescente com o crescente êxodo rural, continuariam a não estar protegidos pelos sistemas de previdência e pelos programas sociais do modelo desenvolvimentista. Como conclui Filgueira (2005), estes países acabariam por ficar divididos entre pequenos setores modernizados protegidos pelo Estado e os trabalhadores informais rurais e urbanos.

No entanto, será novamente nos anos 1980 que se generalizam as crises da dívida e aumenta a “espiral de endividamento externo”, especialmente entre Brasil, México e Argentina motivadas pela alteração sistémica criada pelo fim do sistema *Bretton Woods* e pela dificuldade em adaptar as políticas monetaristas nestes países. Os endividamentos galopantes da década de 1970 e a difícil gestão das dívidas externas e dos défices públicos na década de 1980 provocaram graves crises fiscais e falências^[37].

Será na década de 1980 que observamos a crise e o colapso dos sistemas autoritários, e o avanço da terceira vaga de democratização na América Latina. No entanto, a transição para sistemas de política social desde a década de 1950, especialmente com enfoque na pobreza, teve um pequeno impacto na “geografia social da pobreza”^[38]. Apesar dos casos da Colômbia e do Uruguai, onde decresceram a desigualdade e a pobreza, as formas de distribuição de rendimento pioraram em toda a América Latina e apresentaram formas muito diversificadas^[39]. Importante neste período é também avaliar os métodos ineficazes de alocação do gasto social especialmente afetados pela influência de certos grupos sociais, administração ineficaz

35. MUNCK (2008), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

36. FILGUEIRA (2004), Ibidem.

37. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

38. ABEL e LEWIS (2002), pp. 25-26.

39. CEPAL (2004), Ibidem.

e fragmentação institucional^[40]. Neste sentido, o impacto dos cortes nos gastos públicos foi sentido de forma desproporcional pelos pobres, independentemente do facto de a intensidade e conteúdo das crises ter variado consideravelmente^[41]. Também com o aprofundamento do processo de urbanização, a pobreza passou a ser maior nas cidades, alterando as formas de pobreza, com o crescimento da informalidade laboral, a meio de profundas crises económicas^[42].

Como considera Fernando Filgueira (2004) a “reforma do setor social” corresponde ao facto de que tanto a pobreza, como os índices de desenvolvimento como o protesto social continuariam a crescer em toda a região. O autor considera três razões estruturais para esta mudança de visão sobre o setor. Primeiro, a abertura económica que colocou entraves ao investimento em países com défices fiscais, altas taxas de inflação e instabilidade macroeconómica, exigindo ao Estado que baixasse a carga fiscal. Segundo, o envelhecimento do subcontinente e a diminuição da população ativa, que já se fazia sentir na década de 1980, colocavam uma grande pressão tanto aos sistemas tradicionais de segurança social como aos setores **públicos** da saúde e educação. Finalmente, tanto o desemprego como o emprego informal aumentaram em quase todos os países do subcontinente.

A meio destas, os sistemas de saúde e de segurança social baseados única e exclusivamente em contribuições reais do trabalho provaram a sua limitação^[43]. Sem efetivos sistemas de impostos e com continuados sistemas estratificados de distribuição e de acesso a serviços de segurança social e saúde, os Estados continuavam a ser altamente ineficazes. Apesar das anunciadas transformações dos modelos de proteção social, a verdade é que não se verificaram alterações estruturais, especialmente nos países onde estes modelos não eram tão avançados ou tinham uma menor cobertura^[44]. É nestes países que se observa a expansão dos chamados “fundos de emergência social”, criados e multiplicados na década de 1980 para setores e grupos diferenciados, enquanto na Argentina, no Chile, no Uruguai ou na Costa-Rica estes fundos são em muito menor número^[45]. Neste cenário, manter-se-ia o modelo de estratificação, com a continuada proteção social de determinados setores e grupos profissionais – incluindo militares e grupos que apoiavam o aparato autoritário-burocrático –, agudizando-se com a incapacidade de proteger trabalhadores rurais e informais^[46].

O legado das décadas de 1970 e 1980 nos regimes de bem-estar social, foi a

40. STALLINGS, Barbara e PERES, Wilson (2000), *Growth, Employment, and Equity: The Impact of the Economic Reforms in Latin America and the Caribbean*. Santiago: CEPAL, Brookings Institution Press.

41. ABEL e LEWIS (2002), *Ibidem*, p. 27.

42. *Idem*, *Ibidem*. FILGUEIRA (2004), *Ibidem*. PATRÍCIO (2012), *Ibidem*.

43. MESA-LAGO (2012), *Ibidem*.

44. ABEL e LEWIS. Filgueira, 2004; Mesa-Lago, 2012

45. FILGUEIRA (2004), *Ibidem*.

46. ABEL e LEWIS (2002), *Ibidem*. FILGUEIRA (2004), *Ibidem*. MESA-LAGO (2012), *Ibidem*.

homogeneização dos sistemas de pensão e de proteção social, motivados pela maior fragmentação dos grupos e corporações protegidos durante o modelo desenvolvimentista. Como aconteceu no Chile e no Uruguai, os sistemas de pensão, bem como os seus critérios foram drasticamente alterados e homogeneizados. Já na Argentina foram feitas pequenas alterações, mantendo-se uma maior estratificação na distribuição de serviços sociais. Em todo o caso, na região as alterações foram todas acompanhadas por uma diminuição dos parâmetros de atribuição e alcance^[47]. Se a estratificação é uma herança do modelo desenvolvimentista, a informalidade do mercado de trabalho caracteriza o modelo de inserção pelo Consenso de Washington.

Modelo fragmentado de inserção pragmática

Com a presumível queda do modelo alicerçado no Consenso de Washington e a ascensão de governos e líderes de esquerda na América Latina, a região terá iniciado um período de repolitização das questões de desenvolvimento^[48]. Apesar de alguns argumentarem que não houve uma verdadeira alteração do anterior modelo de inserção, a verdade é que se observam desde a década de 1990, sinais de que as reformas políticas apontaram para o crescimento económico e para a distribuição de riqueza^[49]. Observa-se também um relevante crescimento económico em quase toda a região, com exceção da Argentina para a primeira metade da década de 2000^[50].

Esta década inaugura o que nos parece uma rutura/continuidade do modelo de inserção liberal que constituiu o designado “Consenso de Washington”, em face de um retorno pragmático ao modelo desenvolvimentista^[51]. Isto acontece porque os anos 1990 “terminaram com resultados desastrosos do ponto de vista da generalidade dos indicadores socioeconómicos”^[52]. Apesar de na década de 2000 se verificar uma inversão do cenário macroeconómico, não existiu uma alteração da estrutura económica, mantendo-se o incremento agroexportador, a proliferação do terceiro setor, a manutenção de pequenos núcleos do segundo setor e a crescente informalidade do mercado de trabalho. Apesar de o crescimento económico, do acesso de novas classes ao consumo, do decréscimo generalizado da pobreza e da alteração do cenário político, não se vislumbrou uma completa viragem do modelo de inserção, mesmo em face de uma visão mais “pragmática” ou “nacional”, antes surgindo uma forma aparentemente fragmentada e multidiversificada de estratégias

47. FILGUEIRA (2004), Ibidem. MESA-LAGO (2012), Ibidem.

48. BURDICK, John, OXHORN, Philip e ROBERTS, Kenneth M. (2009), *Beyond Neoliberalism in Latin America? Societies and Politics at the Crossroads*, New York: Palgrave Macmillan.

49. Idem, ibidem. FFRENCH-DAVIS, Ricardo (2005), *Reforming Latin America's Economies: After Market Fundamentalism*. New York: Palgrave Macmillan.

50. MUNCK (2008), Ibidem. MUNCK, Ronaldo (2013), *Rethinking Latin America: Development, Hegemony and Social Transformation*. London: Palgrave Macmillan. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

51. MUNCK (2008), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

52. PATRÍCIO (2012), Ibidem, p. 208.

nacionais^[53].

Vários outros estudos têm refletido sobre o retorno do discurso desenvolvimentista, tendo em conta a inserção global da região. Este “novo” modelo seria alicerçado pela interdependência entre, por um lado, os partidos dos quais se destacam os partidos de esquerda no governo e, por outro lado, na inserção global da ideologia do desenvolvimento socioeconómico^[54].

Entre o final da década de 1990 e o arranque da década seguinte, os dados do tecido social latino-americano não são animadores^[55]. Ainda na segunda metade da década de 1990, e a meio do processo de consolidação democrática, surgiram muitas dúvidas quanto ao modelo económico produzido pelo Consenso de Washington^[56]. Tal como durante o período de “moralidade” populista dos regimes autoritários, que assentava numa coligação entre classes sociais e profissionais contra os efeitos negativos das políticas “nacional-estatistas” do desenvolvimentismo, a crítica ao Consenso de Washington teve por base uma matriz de desigualdade social que continuou a ter os seus efeitos nefastos no próprio crescimento económico e que derivava da fraca redistribuição, da informalidade crescente do mercado de trabalho e do papel “periférico” da região, desta vez face a um novo processo de globalização, mais profundo e com maiores impactos nas estratégias nacionais^[57]. Com exceção do Chile, o subcontinente verificaria a estagnação económica, intermitentes crises da dívida, inflação galopante e menor competitividade do tecido empresarial face ao aprofundamento da globalização^[58]. A liberalização dos mercados, no qual se assiste à multiplicação de processos de privatização de setores económicos, e as transformações motivadas pelas intervenções do FMI, acabariam por inserir a América Latina no processo político-económico da globalização. Como considera Raquel Patrício,

“[Este] conduz[iria] à substituição (...) do velho modelo nacional-estatista, pelo novo e mais adequado internacionalismo liberal da globalização, de modo a transpor (...) a nova fórmula, mundialmente aceite, de pensar e executar a economia, a política e a inserção internacional”^[59].

Paralelamente, os processos de democratização, agora em face da sua consolidação na segunda metade da década de 1990 colocariam novos desafios aos termos da

53. CERVO (2008), Ibidem. MALAMUD (2009), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

54. MUNCK (2008), Ibidem. MUNCK (2013), Ibidem.

55. CEPAL (2004), Ibidem.

56. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

57. CERVO (2008), Ibidem. MUNCK (2008), Ibidem. MUNCK (2013), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

58. CERVO (2008), Ibidem. MUNCK (2008), Ibidem. MUNCK (2013), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

59. PATRÍCIO (2012), Ibidem, p. 205.

inserção internacional^[60]. O falhanço dos dados económicos e sociais do Consenso de Washington colocavam em risco a própria consolidação democrática, com a crise fiscal dos Estados, a continuidade de grandes bolsas de pobreza, as reformas laborais, o alargamento do fosso entre os grupos com mais e menos rendimentos e o desemprego. Tornou-se também evidente que a injustiça social abria ainda mais o fosso entre o discurso democrático e os efeitos da política económica e da redistribuição. Era também evidente que apesar do maior descontentamento social advindo das expectativas geradas pela democratização e pelo modelo económico, que o receio do retorno à hiperinflação e às sucessivas crises da dívida acabariam por enformar o aparecimento de uma alternativa entre a inserção internacional por via da globalização e o desenvolvimentismo^[61].

No entanto, a partir da década de 2000 assistimos a uma maior fragmentação dos tipos de estratégias nacionais adotadas, resultando no que Andrés Malamud caracteriza como fragmentação e divergência^[62]. Apesar da multiplicação de governos liderados por líderes e partidos de esquerda, não podemos confirmar a existência de um modelo único, mas antes de um modelo múltiplo de inserção pragmática, com maiores disparidades entre estratégias nacionais do que nos anteriores modelos. Parte desta estratégia pragmática reside no «reajustamento» da esquerda latino-americana. A “nova” esquerda latino-americana aprendeu bastante com o falhanço do modelo cepalino e com a década de 1980. Apesar disso, as políticas de ajustamento acabaram por permitir a aplicação de medidas sociais a partir dos anos 2000^[63].

Paralelamente, a inclusão da “coesão social” na narrativa de desenvolvimento latino-americano é acompanhada pelas medidas do Banco Mundial, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e pelo sucesso do setor externo e pela dívida do setor privado^[64]. Pese embora a maior ou menor adoção do modelo neoliberal, este novo discurso desenvolvimentista assume-se pragmático, não sendo homogéneo, apontando para a múltipla adoção de estratégias governamentais que se adaptaram pragmaticamente aos diferentes contextos nacionais face à globalização^[65]. Paralelamente, os Estados latino-americanos beneficiariam em muito com a inserção internacional do modelo agroexportador e extrativo num período de alta dos preços

60. MUNCK (2008), Ibidem.

61. CERVO (2008), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

62. MALAMUD (2009), Ibidem.

63. CALDENTE, Esteban Pérez e VERNENGO, Matías (2010), “Back to the future: Latin America’s current development strategy”, *Journal of Post-Keynesian Economics*, 32, 4: 623-643. ROLDÁN, Karen Sánchez de (2012) “Social exclusion, social cohesion: defining narratives for development in Latin America”, *Journal of International Development*, 24: 728-744.

64. CALDENTE e VERNENGO (2010), Ibidem. ROLDÁN (2012), Ibidem.

65. GRILLI, Enzo (2005) “Political economy and economic development in Latin America in the second half of the 20th century”, *Journal of Policy Modeling*, 27: 1-31.

dos produtos no mercado internacional não se observando a alteração do esquema exportador, nem tampouco a inclusão de um modelo regional^[66].

O bem-estar social como reação aos modelos de inserção internacional

A estratificação e a informalidade do mercado de trabalho encontram-se aliados ao modelo de inserção internacional, apresentando-se como os maiores obstáculos à institucionalização pública do bem-estar social na América Latina. Como relevam Haggard e Kaufman (2008) e Segura-Ubiergo (2007), os aspetos macroeconómicos e as estratégias de desenvolvimento têm um papel relevante na definição das políticas públicas, sendo que as diferentes estratégias traduzem distintos esquemas de bem-estar social, seja sob o ponto de vista do reforço de certas classes e setores económicos, seja pelo incentivo a setores como a educação ou o combate à pobreza, em face da pressão da economia e de organismos internacionais, numa estratégia de carácter mais protecionista (estatal) ou produtivista (mercado).

No entanto, Carlos Blank (2012) considera que continua a não existir uma teoria do Estado Social na América Latina. Para o autor, empreender tal classificação coloca sérios problemas conceptuais, conquanto não se verifica uma intervenção socioeconómica integral do Estado. Para mais, o autor assume que a sua aplicação depreende um nível de desenvolvimento ainda não alcançado na América Latina, tornando-se imprecisas as análises de Draîbe e Riesco (2007) ou Segura-Ubiergo (2007) que apontavam para um “Estado Social em desenvolvimento”^[67].

Outra linha de análise poderá considerar a comparação com os regimes de bem-estar asiáticos como os de Taiwan, Hong Kong ou Singapura. Este caminho assenta no padrão comparativo dos regimes entre a informalidade, a relevância da família e os aspetos “produtivistas”^[68]. Por “produtivismo” considera-se que a política social é uma extensão da política económica, estando subordinada a esta, não sendo uma esfera institucional autónoma. Ou seja, a política social seria dominada pela capacitação do capital humano por via do sistema educativo e não pela proteção social, privilegiando a competitividade. Esta comparação apresenta-se como solução à continuada informalidade do mercado de trabalho, sendo a política de emergência social, o combate à pobreza e os programas condicionais de

66. MUNCK (2008), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

67. BLANK, Carlos Aponte (2012), “Sobre el Estado social en América Latina, Conferencia XXII Congreso Mundial de Ciencia Política”, *Cuadernos del CENDES*, 29, 80: 147-152.

68. DRAÎBE, Sónia e RIESCO, Manuel (2007), “Latin America: A New Developmental Welfare State in the Making?”. In Manuel Riesco (ed.), *Latin America: A New Developmental Welfare State in the Making?*, New York: Palgrave Macmillan, 21-116. VALLE, Alejandro (2008), “Regímenes de Bienestar: Relaciones entre el Caso Asiático y la Realidad Latinoamericana”, *Nómaditas – Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, 19: 385-411. VALLE, Alejandro (2010), “Comparando regímenes de bienestar en América Latina”, *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, 88: 61-76. SEGURA-UBIERGO (2007), Ibidem.

transferência de renda, sinais da mudança da atuação do Estado face ao mercado e à família^[69]. Esta comparação parece ser ainda mais profícua se considerarmos a onda de privatizações dos sistemas de segurança social, o falhanço dos sistemas tributários ortodoxos e a permanência de sistemas de proteção social alargados a setores-chave da economia ou de certos setores profissionais entre as décadas de 1970 e 1990^[70]. No entanto, apesar do paralelismo com a liberalização dos mercados, a aposta social do Estado em certos setores produtivos da economia e o peso continuado das relações familiares no formato dos regimes de bem-estar latino-americanos, a verdade é que o “produtivismo” não encontra um mercado de trabalho formal, um Estado capaz de reforçar os “fatores produtivos da sociedade” e onde a relação entre Estado, família e mercado não é orientada para/pelo crescimento económico através de medidas de competição do capital humano^[71].

As vulnerabilidades verificadas durante o período de redemocratização acompanham o processo de terceirização da economia e o progressivo crescimento da mão de obra informal^[72]. A informalidade passou a ter um peso relevante não apenas nos casos em que a mesma ocupava já grande parte da mão de obra como na Bolívia, na Colômbia e no México, mas também nos casos que durante as décadas de 1990 e 2000 viram um crescimento exponencial como no Brasil, na Argentina e na Venezuela^[73]. Especificamente, observa-se na Argentina, no Uruguai e no México os efeitos nefastos das crises do final dos anos 1990 e inícios de 2000. Se no caso argentino, observamos uma aproximação ao regime de teor estatizante, como acontece no Brasil, nos casos mexicano e chileno observa-se a continuidade do seu regime de carácter produtivista^[74]. Já o Uruguai, o Brasil e a Argentina reforçam o pendor protecionista dos seus regimes. À chegada dos anos 2000, observa-se uma redução gradual da pobreza, com a exceção da Argentina e do Uruguai, que voltam a registar valores próximos aos do início da década de 1990^[75].

Tal como considera Juliana Franzoni, as disparidades entre os regimes latino-americanos reportam a diferentes arranjos entre as dimensões Estado-mercado-família (*welfare mix*), mas também a níveis diferenciados de aposta e de resultados^[76]. Em menor grau do que nos regimes de tipo “familiar”, os regimes com características

69. FILGUEIRA (2004), Ibidem. LAVINAS, Lena (2013), “21st Century Welfare”, *New Left Review*, 84: 5-40.

70. MESA-LAGO (2012), Ibidem.

71. Idem, Ibidem.

72. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem. CEPAL (2004), Ibidem.

73. CEPAL (2016), Ibidem.

74. FRANZONI, Juliana M. (2005), “Regímenes del Bien-Estar en América Latina”, *Fundación Carolina CEALCI*, documento de trabajo 11.

FRANZONI, Juliana M. (2007), “Welfare Regimes in Latin America: Capturing Constellations of Markets, Families, and Policies”, *Latin American Politics and Society*, 50, 2: 67-100.

75. CEPAL (2004), Ibidem. CEPAL (2016), Ibidem.

76. FRANZONI (2007), Ibidem.

produtivistas ou protecionistas apresentam altas proporções de população ativa inserida no mercado de trabalho informal, o que, em paralelo com a liberalização do esquema de bem-estar, caracteriza todos os regimes latino-americanos saídos da década de 2000^[77]. Esta característica transversal determina a maior propensão para o desenvolvimento de políticas de caráter assistencialista. Enquanto nos regimes de caráter protecionista e produtivista, os indivíduos conseguem obter maior apoio do mercado de trabalho e/ou do Estado, nos regimes familiares impera a multiplicação de estratégias familiares e comunitárias que permitem o acesso a bens e serviços informais^[78].

No tímido processo de universalização das políticas e dos programas sociais, o foco manter-se-ia nas iniciativas de combate à pobreza, especialmente entendida como elemento estrutural das relações de poder e definidora dos agregados familiares na sua relação com o acesso à proteção social, à saúde e à educação^[79]. A pobreza estrutural não seria totalmente absorvida durante os períodos de crescimento económico das décadas de 1990 e 2000, acompanhada pela hegemonia do mercado de trabalho informal e sazonal e pela menor organização dos trabalhadores por via da perda dos vínculos formais^[80]. É neste cenário que cresce o interesse pela aplicação de respostas de combate à pobreza, motivadas e patrocinadas por organismos internacionais^[81]. A agregação de programas altamente segmentados, seja nos públicos-alvo, seja no conteúdo da resposta, ganhou novo ímpeto na segunda metade da década de 1990, a par dos processos de unificação dos sistemas de segurança social e da segmentação e descentralização dos setores da saúde e educação iniciados na década anterior^[82]. As “novas” políticas de combate à pobreza passariam a incluir programas de transferência condicionada de rendimento, em iniciativas políticas como o Bolsa Família, *Chile Solidário*, as *missiones* venezuelanas, *Renta Dignidad* ou o mexicano *Oportunidades*. Mas também as respostas segmentadas de alfabetização e de combate à mortalidade infantil por meio de programas de apoio materno-infantil^[83]. O modelo de inserção pelo designado Consenso de Washington provocaria a fragmentação através de políticas de caráter assistencialista e/ou de emergência social, em paralelo com a segmentação dos sistemas de segurança social por via da proteção de certas classes e setores económicos com

77. Idem, Ibidem.

78. Idem, Ibidem.

79. CEPAL (2004), Ibidem. CEPAL (2016), Ibidem.

80. ABEL e LEWIS (2002). CECCHINI, Simone, Filgueira, Fernando e Robles, Claudia (2014), *Social Protection Systems in Latin America and the Caribbean: A Comparative View*, Santiago: CEPAL. CEPAL (2004), Ibidem. CEPAL (2016), Ibidem.

81. LAVINAS (2013), Ibidem.

82. FILGUEIRA (2004), Ibidem. LAVINAS (2013), Ibidem. MESA-LAGO (2012), Ibidem.

83. MESA-LAGO (2012), Ibidem. PRIBBLE, Jennifer (2013), *Welfare and Party Politics in Latin America*, Cambridge: Cambridge University Press.

peso na estratégia de inserção internacional^[84]. Já na saúde assiste-se a um maior investimento do setor privado, aprofundando-se a segmentação, a fragmentação e, em graus diferenciados, à descentralização das respostas e serviços públicos^[85].

Conclusão

As continuidades e ruturas reportadas no cenário dos regimes de bem-estar latino-americanos são relevantes porque (1) remetem para o facto de que as políticas sociais iniciadas em 1940/1950 continuam a ter um peso relevante até meados da década de 1990; (2) os grupos e as classes profissionais que, grosso modo, usufruíram destas políticas, especialmente dos sistemas de segurança social, continuaram a usufruir destes nos períodos de reforma entre as décadas de 1960 e 1980^[86]; e (3) que as alterações provocadas pelo estabelecimento de políticas sociais neste primeiro período não altera, em muito, o esquema de bem-estar da região.

Neste contexto, os diferentes regimes de bem-estar social latino-americanos apresentam uma resposta às problemáticas colocadas pela estratégia de inserção internacional, ou seja, incluíram tanto uma visão de interação/substituição por via do Estado (protecionista), como um foco na privatização dos recursos e na aposta em determinados setores económicos (produtivista). Paralelamente, assiste-se à continuidade do elemento agroexportador e da dependência da flutuação dos preços das *commodities* no mercado internacional^[87]. No caso dos regimes de bem-estar, muita da proteção social manter-se-ia para um conjunto de setores profissionais entre as décadas de 1970 e 1990 - estratificação; comparativamente, manter-se-ia a fraca incorporação do setor informal do mercado de trabalho nas políticas de proteção social ao longo das décadas de 2000 e 2010^[88].

Neste sentido, os regimes de bem-estar social latino-americanos têm-se apresentado como reação às problemáticas colocadas pelos conflitos políticos e sociais gerados pelos modelos de inserção internacional. Neste caso, sucederam-se em reação institucional seja contra a iniciativa protecionista, seja contra o mercado por via da proteção de determinados setores económicos. Como não se vislumbra a constituição do Estado Social na América Latina e/ou a tendência universalizante das políticas – com a inclusão do mercado de trabalho informal^[89]

84. DRAÏBE e RIESCO (2007), Ibidem. FILGUEIRA (2004), Ibidem. FRANZONI (2005), Ibidem. 2007. MESA-LAGO (1994), Ibidem. MESA-LAGO (2012), Ibidem. PRIBBLE (2013), Ibidem.

85. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem. PRIBBLE (2013), Ibidem.

86. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem.

87. FFRENCH-DAVIS (2005), Ibidem. MUNCK (2008), Ibidem. PATRÍCIO (2012), Ibidem.

88. ABEL e LEWIS (2002), Ibidem. FILGUEIRA (1998), Ibidem. FILGUEIRA (2004), Ibidem. SEGURA-UBIERGO (2007), Ibidem.

89. CEPAL (2025), Ibidem.

-, o bem-estar social na América Latina configura-se a partir do conflito político gerado nos modelos de inserção internacional, sucedendo-se através de iniciativas políticas segmentadas que reforçam a estratificação e altamente dependentes dos ciclos políticos.

Data de recepção: 29/08/2024

Data de aceitação: 17/03/2025

References

- ABEL, C. e LEWIS, C. (2002), “Exclusion and engagement: a diagnosis of social policy in Latin America in the long run”. In Abel, Cristopher e Lewis, Colin, *Exclusion & Engagement: Social Policy in Latin America*, 1ª. ed., London: Institute of Latin American Studies, 3-53.
- BERNAL-MEZA, R. (2005), *América Latina en el Mundo: El Pensamiento Latinoamericano y la Teoría de Relaciones Internacionales*, 1ª. ed., Buenos Aires: Nuevohacer.
- BERNARDES, B. G. (2021), *Bem-estar social na América Latina: entre Estado, partidos e modelos de desenvolvimento*, Tese de Doutorado, ISCSP: Universidade de Lisboa.
- BLANK, C. A. (2012), “Sobre el Estado social en América Latina, Conferencia XXII Congreso Mundial de Ciencia Política”, *Cuadernos del CENDES*, 29, 80: 147-152.
- BURDICK, J.; OXHORN, P. e ROBERTS, K. M. (2009), *Beyond Neoliberalism in Latin America? Societies and Politics at the Crossroads*, New York: Palgrave Macmillan.
- CALDENTE, E. P. e VERNENGO, M. (2010), “Back to the future: Latin America’s current development strategy”, *Journal of Post-Keynesian Economics*, 32, 4: 623-643.
- CARRILLO, J. S. e JORGE, A. (1993) “Ideology, modernization and politico-economic development in Latin America”, *Knowledge, Technology and Policy*, 6, 2: 46-53.
- CECCHINI, S.; Filgueira, F. e Robles, C. (2014), *Social Protection Systems in Latin America and the Caribbean: A Comparative View*, Santiago: CEPAL.
- BURDICK, J.; OXHORN, P. e ROBERTS, K. M. (2009), *Beyond Neoliberalism in Latin America? Societies and Politics at the Crossroads*, New York: Palgrave Macmillan.
- CALDENTE, E. P. e VERNENGO, M. (2010), “Back to the future: Latin America’s current development strategy”, *Journal of Post-Keynesian Economics*, 32, 4: 623-643.
- CEPAL (2004), *Una Década de Desarrollo Social en América Latina, 1990-1999*. Publicação da Comissão Económica para a América Latina e o Caribe, Santiago: CEPAL.
- CEPAL (2016), *La matriz de la desigualdad social en América Latina*, Santiago: CEPAL.
- CERVO, A. (2008), *Inserção Internacional: A Formação dos Conceitos Brasileiros*, 1.ª ed., São Paulo: Editora Saraiva.
- CEPAL (2025), *Panorama Social da América Latina e do Caribe, 2024*, Santiago: CEPAL.
- COLISTETE, R. (2001), “O Desenvolvimentismo Cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil”, *Estudos Avançados*, 15, 41.

- DRAÏBE, S. e RIESCO, M. (2007), “Latin America: A New Developmental Welfare State in the Making?”. In Manuel Riesco (ed.), *Latin America: A New Developmental Welfare State in the Making?*, New York: Palgrave Macmillan, 21-116.
- FFRENCH-DAVIS, R. (2005), *Reforming Latin America's Economies: After Market Fundamentalism*. New York: Palgrave Macmillan.
- FILGUEIRA, F. (1998), “El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina: eficiencia, residualismo y ciudadanía estratificada”, *Centroamérica en reestructuración. Ciudadanía y política social*, FLACSO: 71-116.
- FILGUEIRA, F. (2004), “The Structural and Political Keys of the Reluctant Latin American Social State and its Interplay with Democracy: The Development, Crises and Aftermath of Universal, Dual and Exclusionary Social States”. Brasil: UNRISD.
- FRANZONI, J. M. (2005), “Regímenes del Bien-Estar en América Latina”, *Fundación Carolina CEALCI*, documento de trabajo 11.
- FRANZONI, J. M. (2007), “Welfare Regimes in Latin America: Capturing Constellations of Markets, Families, and Policies”, *Latin American Politics and Society*, 50, 2: 67-100.
- GRILLI, E. (2005) “Political economy and economic development in Latin America in the second half of the 20th century”, *Journal of Policy Modeling*, 27: 1-31.
- HAGGARD, S. e KAUFMAN, R. (2009), *Development, Democracy, and Welfare States: Latin America, East Asia, and Eastern Europe*. Princeton: Princeton University Press.
- HIGLEY, J. e GUNTHER, R. (eds.) (1995), *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HUBER, E. & BOGLIACCINI, J. (2012), «Latin America», in Francis G. Castles, Stephan Leibfried, Jane Lewis, Herbert Obinger, e Christopher Pierson (eds.), *The Oxford Handbook of the Welfare State*, Oxford: Oxford University Press: 644-655.
- KINGSTONE, P. e YASHAR, D. (2012), *Routledge Handbook of Latin American Politics*. London: Routledge.
- LAVINAS, L. (2013), “21st Century Welfare”, *New Left Review*, 84: 5-40.
- MALAMUD, A. (2009), “Fragmentação e divergência na América Latina”, *Relações Internacionais*, 24: 61-73.
- MESA-LAGO, C. (1994), “La reforma de la seguridad social y las pensiones en América Latina”, *Serie Reformas de Política Pública*, 28, CEPAL.
- MESA-LAGO, C. (2012), *Reassembling Social Security: A Survey of Pensions and Health Care Reforms in Latin America*, Oxford: Oxford University Press.
- MUNCK, R. (2008), *Contemporary Latin America*, 2^a. ed., New York: Palgrave Macmillan.
- MUNCK, R. (2013), *Rethinking Latin America: Development, Hegemony and Social Transformation*. London: Palgrave Macmillan.
- O'DONNELL, G. (1973), *Modernization and Bureaucratic-Authoritarianism: Studies in South American Politics*, University of California.
- PATRÍCIO, R. (2012), *Estudos de Área: América Latina*, Lisboa: ISCSP.

- PRIBBLE, J. (2013), *Welfare and Party Politics in Latin America*, Cambridge: Cambridge University Press.
- ROLDÁN, K. S. de (2012) “Social exclusion, social cohesion: defining narratives for development in Latin America”, *Journal of International Development*, 24: 728-744.
- SEGURA-UBIERGO, A. (2007), *The Political Economy of the Welfare State in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- STALLINGS, B. e PERES, W. (2000), *Growth, Employment, and Equity: The Impact of the Economic Reforms in Latin America and the Caribbean*. Santiago: CEPAL, Brookings Institution Press
- VALLE, A. (2008), “Regímenes de Bienestar: Relaciones entre el Caso Asiático y la Realidad Latinoamericana”, *Nómadas – Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, 19: 385-411.
- VALLE, A. (2010), “Comparando regímenes de bienestar en América Latina”, *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, 88: 61-76.

About the author

BRUNO GONÇALVES BERNARDES holds a PhD in Political Science from ISCSP-UL. He is a visiting associate professor at the European University and a doctoral researcher at the Political Observatory. His areas of interest include Latin America, political parties, party systems, and parliamentary studies.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1483-0470>]

Sobre o autor

BRUNO GONÇALVES BERNARDES é Doutorado em Ciência Política pelo ISCSP-UL. Professor Associado convidado, Universidade Europeia e investigador doutorado do Observatório Político. Áreas de interesse: América Latina, partidos, sistemas partidários, estudos parlamentares.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1483-0470>]